

## AS APROXIMAÇÕES DO CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL EM LÊNIN E A LUTA PELA HEGEMONIA EM GRAMSCI

doi: 10.47930/1980-685X.2020.0802

**Denise Bianca Maduro Silva**<sup>1</sup> – denisebianca@ufmg.br  
Universidade Federal de Minas Gerais, Pró-Reitoria de Extensão  
Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha  
CEP 31270-901 – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

**Resumo:** *O presente artigo, fundamentado em revisão de literatura, tem por objetivo dissertar sobre a mudança temporal de conceitos em obras e autores clássicos para compreensão do marxismo enquanto marco teórico de leitura do mundo capitalista moderno, histórico e por isso mesmo passível de transformação. Para tanto o artigo explicita inicialmente as mudanças conceituais de Estado em duas obras de Lênin: O Estado e a Revolução, original de 1917 e Esquerdismo, doença infantil do comunismo, de 1920. Identifica-se, a partir de premissas marxistas, uma aproximação do conceito de sociedade civil, o qual, posteriormente, será desenvolvido pelo marxismo gramsciano ao compreender a luta pela hegemonia na passagem do Estado Restrito para o Estado Ampliado. Nesta nova concepção, ampliam-se também as possibilidades de resistência aos grupos dominantes, com destaque para estratégias de persuasão e convencimento, sendo, portanto, a educação um espaço privilegiado de ação.*

**Palavras-chave:** *Lênin. Gramsci. Sociedade Civil. Hegemonia. Estado.*

### 1 INTRODUÇÃO

Para compor este trabalho, fundamentado em revisão de literatura, discursa-se, primeiramente, sobre duas obras de Lênin, *O Estado e a Revolução*, original de 1917 e publicado no Brasil em 1979, e *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, com versão publicada no Brasil em 1978, mas escrito por Lênin em abril de 1920, logo após a Revolução Russa Bolchevique; porque em seus escritos, que partem de premissas marxistas, identifica-se uma aproximação do conceito de sociedade civil, que posteriormente será desenvolvido pelo

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação, Mestre em Educação, Pedagoga.

marxismo gramsciano, discutido ao final do trabalho. Explana-se sobre a passagem do Estado Restrito para o Estado Ampliado, vivido por Gramsci, para se compreender a luta por hegemonia.

## 2 DESENVOLVIMENTO

O livro de Lênin *O Estado e a Revolução*, original de 1917 e publicado no Brasil em 1979, ajuda a entender as primeiras aproximações ao conceito de sociedade civil. Lênin, em 1917, analisando Marx, afirma que o Estado não poderia surgir nem subsistir se a conciliação das classes fosse possível. O Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legaliza e consolida essa submissão, amortecendo a colisão das classes.

Para Marx, em 1859, no prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*, publicado no Brasil em 1979, a anatomia da sociedade civil precisa ser procurada na economia política, que se baseia nas condições materiais de vida. Para o pensador, a base é o conjunto das relações de produção que forma a superestrutura jurídica e política às quais correspondem determinadas formas de consciência social.

[...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral (MARX, 1979, p. 301, grifo nosso).

O Estado burguês, para Marx e Engels, é conservação (*Manifesto do Partido Comunista de 1848*, edição publicada no Brasil em 2004). O reino da força é perpetuado como a guerra de uma classe contra a outra, como potencial de interesses particularistas. As contradições brotam da vida material, baseadas no conflito entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. São antagonismos que provêm das condições sociais de vida dos indivíduos. O Estado contém a sociedade civil, conservando-a tal como é. Ou seja, a sociedade civil reaparece no Estado com todas as suas determinações concretas. O Estado é a violência concentrada e organizada da sociedade, sendo apenas um instrumento de dominação de classe. Marx (1979) considera que os órgãos repressivos do Estado – polícia, tribunais etc. –

não representam interesses comuns da sociedade civil, mas da propriedade privada, e são erigidos como interesse geral contra a sociedade civil. Para Marx e Engels (2004), o Estado se restringe aos interesses privados da classe burguesa e exprime apenas o domínio de determinado modo de produção.

Para Lênin, no livro *O Estado e a Revolução*, o Estado é um órgão de dominação de determinada classe que não pode conciliar-se com sua antípoda (a classe adversa). O segundo traço característico do Estado, na visão de Lênin, em 1917, seguindo a análise marxista, é a instituição de um poder público que já não corresponde diretamente à população e se organiza também como força armada: corpos especiais de homens armados (polícia, exército permanente etc.), separados da sociedade e superiores a ela. Não é a necessidade da divisão de funções sociais, e sim a consolidação da divisão da sociedade em classes inimigas. O Estado é o instrumento de exploração da classe oprimida.

O próprio sufrágio adquiriria essa conotação. Lênin cita Engels para definir o sufrágio universal como um instrumento de dominação da burguesia, ao contrário do que alguns partidos e forças do início do século pregavam. Para Lênin, em 1917, esses eram apenas oportunistas. O sufrágio não poderia dar nada aos trabalhadores no Estado capitalista.

É preciso notar ainda, que Engels definiu o sufrágio universal de uma forma categórica: um instrumento de dominação da burguesia. O sufrágio universal, diz ele, considerando, manifestamente, a longa experiência da social-democracia alemã, “é o indício da maturidade da classe operária. Nunca mais pode dar e nunca dará nada no Estado atual”.

Os democratas pequeno-burgueses, do gênero dos nossos socialistas-revolucionários e mencheviques, e os seus irmãos, os social-patriotas e oportunistas da Europa ocidental, esperam, precisamente, "mais alguma coisa" do sufrágio universal. Partilham e fazem o povo partilhar da falsa concepção de que o sufrágio universal, "no Estado atual", é capaz de manifestar verdadeiramente e impor a vontade da maioria dos trabalhadores.

Não podemos senão notar aqui essa falsa concepção e salientar que a declaração clara, precisa e concreta de Engels é desvirtuada a cada passo na propaganda e na agitação dos partidos socialistas "oficiais", isto é, oportunistas (LÊNIN, 1979, p. 18 e 19).

A estratégia para a tomada de poder, conforme Lênin, em 1917, é a revolução violenta. Logo, o governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção do processo de produção. O Estado não é "abolido": morre. Porém essa ideia de “morte”, para Lênin, não pode ser confundida com a concepção oportunista (esperar o momento oportuno da morte do Estado) e determinista. Não era uma transformação lenta, igual, progressiva, sem sobressalto nem tempestade, sem revolução. Apenas reconhecer a luta de classe não é suficiente.

Também, apenas esperar o momento oportuno da morte do Estado não é suficiente. Engels, na leitura de Lênin, em 1917, concebe o aniquilamento do Estado-burguês, que é tomado pela revolução, devendo o Estado ser levado à própria morte. Seria o ato de posse dos meios de produção pelo Estado em nome da sociedade. Desaparecerá o Estado quando este se tornar, finalmente, representante efetivo da sociedade inteira, tornando-se, então, supérfluo.

O Estado é "uma força especial de repressão". Esta notável e profunda definição de Engels é de uma absoluta clareza. Dela resulta que essa "força especial de repressão" do proletariado pela burguesia, de milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituída por uma "força especial de repressão" da burguesia pelo proletariado (a ditadura do proletariado) (LÊNIN, 1979, p. 23).

Para Lênin, em 1917, todas as revoluções anteriores não fizeram senão aperfeiçoar a máquina governamental. Porém, a estratégia necessária é abatê-la, quebrá-la. O objetivo único é alcançar um poder proletário exercido sem partilha e apoiado diretamente na força das massas em armas. Para o Lênin, de 1917, o Estado é a organização da classe exploradora para manter as suas condições exteriores de produção e, principalmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão exigidas pelo modo de produção existente. Todo Estado é uma "força especial de repressão" da classe oprimida. Um Estado, seja ele qual for, não poderá ser livre nem popular.

Nessa tarefa de tomada do Estado, o Partido seria o guia, a vanguarda que conduziria ao socialismo. Ele dirigiria e organizaria um novo regime para a criação de uma sociedade sem burguesia.

Educando o partido operário, o marxismo forma a vanguarda do proletariado, capaz de tomar o poder e de conduzir *todo o povo* ao socialismo, capaz de dirigir e de organizar um novo regime, de ser o instrutor, o chefe e o guia de todos os trabalhadores, de todos os exploradores, para a criação de uma sociedade sem burguesia, e isto contra a burguesia (LÊNIN, 1979, p. 33).

Já em *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, com versão publicada no Brasil em 1978, mas escrito por Lênin em abril de 1920, logo após a *Revolução Russa Bolchevique*<sup>2</sup>, o autor

---

<sup>2</sup> Foi durante a Primeira Guerra Mundial que se iniciou na Rússia um movimento de caráter revolucionário. O Império Russo não conseguiu suportar o peso de uma guerra externa e outra interna. **No começo do século XX, a Rússia era um país de economia atrasada e dependente da agricultura.** O Império Russo era uma monarquia absoluta. Não havia partidos políticos legalizados, embora as agremiações clandestinas fossem bastante atuantes. Delas, a mais importante era o Partido Socialdemocrata Russo, que, em 1903, se dividiu em dois ramos: bolcheviques (marxistas radicais) e mencheviques (socialistas moderados aos quais Lênin, em *O Estado e a Revolução*, acusa de esquecerem do princípio básico de aniquilamento do Estado burguês). Havia o absoluto predomínio da aristocracia fundiária, diante de uma burguesia fraca e das massas camponesas marginalizadas. O proletariado russo era violentamente explorado, mas já possuía uma forte consciência social e política e estava concentrado nos grandes centros urbanos — o que facilitaria sua mobilização em caso de revolução. Em 1917, uma oposição organizada e as constantes revoltas das camadas populares provocaram na

começa a desenvolver outras ideais políticas baseadas na reflexão sobre suas experiências. Para Lênin, em 1920, a *Revolução Russa* não tem apenas significado local, mas reverte-se também em significação internacional, uma experiência que deve se repetir em escala universal.

Dentre as estratégias destacadas por Lênin em 1920 para o sucesso da Revolução, ele reconhece o poder da ideologia, enquanto em *O Estado e a Revolução*, de 1917, reivindica primordialmente a ação da força armada.

Anos de preparação da revolução (1903/1905). Prenúncio de grande tempestade em toda parte, fermentação e preparativos em todas as classes. No estrangeiro, a imprensa dos emigrados expõe teoricamente todas as questões essenciais da revolução. Com uma luta encarnçada de concepções programáticas e táticas, os representantes das três classes fundamentais, das três correntes políticas principais – a liberal-burguesa, a democrático-pequeno-burguesa (encoberta pelos rótulos de “social-democrática” e “social-revolucionária”) e a proletária revolucionária — prenunciam e preparam a futura luta aberta de classes.

Todas as questões que motivaram a luta armada das massas em 1905/1907 e em 1917/1920 podem (e devem) ser encontradas, em forma embrionária, na imprensa daquela época. Naturalmente, entre essas três tendências principais existem todas as formações intermediárias, transitórias, híbridas que se queira. Em termos mais exatos: na luta entre os órgãos da imprensa, os partidos, as frações e os grupos vão se cristalizando as tendências ideológicas e políticas com caráter realmente de classe: cada uma das classes forja para si uma arma ideológica e política para as batalhas futuras (LÊNIN, 1978, p. 17, grifo nosso).

Ao falar de formações intermediárias, transitórias e híbridas, Lênin, em 1920, também amplia as estratégias possíveis para além da pura força. Ele identifica o nascimento do processo de luta na forma soviética de organização e descobre no próprio movimento a solução para a tomada do Estado, que vai além da abstrata ideia, assim considerada por Lênin, do Manifesto de substituir a máquina do Estado pela organização do proletariado como classe dominante. Também é assim ao admitir a necessidade de usar como tática a combinação da “luta ilegal” com a utilização obrigatória das “possibilidades legais”, incluindo o parlamento.

O boicote dos bolcheviques ao “parlamento” em 1905 enriqueceu o proletariado revolucionário com uma experiência política extraordinariamente preciosa, mostrando que, na combinação das formas de luta legais e ilegais, parlamentares e extraparlamentares, é, às vezes, conveniente e até obrigatório saber renunciar às formas parlamentares. Mas transportar cegamente, por simples imitação, sem espírito crítico, essa experiência a outras condições, a outra situação, é o maior dos erros (LÊNIN, 1978, p. 29, grifo nosso).

Lênin, em 1920, é levado a admitir formas de compromissos e alianças entre os poderes que favoreçam ao proletariado.

A conclusão é clara: rejeitar os compromissos “por princípio”, negar a legitimidade de qualquer compromisso, em geral, constitui uma infantilidade que é inclusive difícil de se levar a sério (LÊNIN, 1978, p. 32, grifo nosso).

[...]

Há compromissos e compromissos. É preciso saber analisar a situação e as circunstâncias concretas de cada compromisso, ou de cada variedade de compromisso. É preciso aprender a distinguir o homem que entregou aos bandidos sua bolsa e suas armas para diminuir o mal causado, por eles, e facilitar sua captura e execução, daquele que dá aos bandidos sua bolsa e suas armas para participar da divisão do saque (LÊNIN, 1978, p. 32, grifo nosso).

Quando se indaga sobre a atuação dos revolucionários nos sindicatos, Lênin, em 1920, afirma que o desenvolvimento do proletariado não se realizou na Rússia senão por intermédio dos sindicatos e sua ação conjunta com o partido da classe operária. Ele considera infantil a posição dos esquerdistas alemães, que respondem a essa pergunta com uma negativa absoluta.

Também não podemos deixar de achar um absurdo ridículo e pueril as argumentação ultra-sábias, empoçadas e terrivelmente revolucionárias dos esquerdistas alemães a respeito de ideias como: os comunistas não podem nem devem atuar nos sindicatos reacionários; é lícito renunciar a semelhante atividade; é preciso abandonar os sindicatos e organizar obrigatoriamente uma “união operária” novinha em folha e completamente pura, inventada por comunistas muito simpáticos (e na maioria dos casos, provavelmente, bem jovens), etc (LÊNIN, 1978, p. 49).

Lênin, em 1920, vê nos sindicatos a possibilidade de aproximação com as massas. E ainda que não seja o suficiente, considera que é preciso desenvolvê-los e ampliá-los. Não devem ser sindicatos de diferenciação de ofícios, senão sindicatos de indústrias, mais amplos e menos corporativos.

Basicamente, em crítica aos líderes da *Segunda Internacional*, Lênin em 1920, chega a importantes conclusões advindas da sofisticação de suas concepções baseada na reflexão sobre a prática revolucionária:

- a) A tática revolucionária só foi compreendida pela *Segunda Internacional* em seu aspecto teórico e doutrinário, abstraído da dialética de Marx, e foi isso precisamente que ocasionou seu fracasso. Na prática da dialética, não levaram em conta as rápidas modificações do conteúdo revolucionário, ainda que manifesto nas formas antigas.

- b) Os líderes da *Segunda Internacional* se prenderam à busca de um purismo teórico, impróprio e inoportuno frente aos complexos desafios do objetivo da luta revolucionária: derrotar a burguesia.
- c) Desconsideraram sistematicamente as condições reais da luta revolucionária. Consideravam apenas os aspectos da estrutura: os econômicos. Deveriam haver defendido a participação das massas nos espaços da sociedade civil como um importante objetivo para conquistar experiência política para a prática revolucionária.
- d) Desconsideraram o momento político e não levaram em conta as dissensões, divergências e desorganização entre as frações da burguesia para identificar o momento apropriado de atuação revolucionária.

Sobre o conceito de hegemonia, pode-se dizer, com base no exposto, que em *Esquerdismo doença infantil do comunismo*, Lênin delinea o problema da sociedade civil, mas não o aprofunda. Ele concebe o uso dos distintos espaços para a luta contra a burguesia: o uso legal, nos espaços da sociedade civil; e o uso ilegal, com boicotes, greves e guerrilhas, concebido quando não há sociedade civil. Para Lênin, são vários os espaços e sentidos da luta, inclusive o sentido da preparação das massas para a ação revolucionária. Daí a importância educadora do partido. Não é possível uma atuação revolucionária sem o amadurecimento das massas. Não se pode prescindir dos mais diferentes espaços e formas de luta contra a antiga sociedade e os hábitos arraigados de exploração: luta pedagógica, administrativa, militar e econômica, dentre outras. Essas noções estão presentes em 1920, texto em que ele defende que não se podem negar os espaços de luta. É importante, por exemplo, fazer interlocução, inclusive nos parlamentos. A não participação provoca o isolamento das massas e o divórcio entre as massas e os chefes políticos. Equivale a uma traição dos chefes dos partidos às massas. Cada caso, entretanto, deve ser analisado de forma concreta. Há momentos em que o boicote é importante e há momentos que não. Inclusive, os compromissos devem ser analisados conforme a situação. Os compromissos não são obrigatórios como uma regra geral, e sim com espírito crítico.

Para Lênin, em 1920, um dos problemas fundamentais da *Segunda Internacional* está em sua fórmula engessada, na inflexibilidade que substituiu a dialética pelo darwinismo. Participa-se da instituição burguesa como tática para acelerar a revolução.

Com Lênin, em 1920, nascem os primeiros esforços teóricos para captar as novas manifestações do Estado e as novas condições da luta de classe. Para Lênin, em 1917, o Estado é força, burguesia, máquina e violência. Para Lênin, em 1920, é a educação de massa, as alianças, a estratégia. O Estado não é só máquina e repressão. Já na fórmula de Marx de 1848, seguida pelo Lênin de 1917, o Estado está de um lado e o povo de outro. O Estado é o comitê da burguesia, é máquina. Da leitura de Lênin, em 1920, apreendem-se as discussões sobre o Estado, as alianças, o partido e a configuração da sociedade civil como elementos em jogo para entender o Estado Ampliado de Gramsci, no qual a sociedade civil se politiza, faz política, faz pressão, está em movimento.

Bobbio esclarece que Gramsci, diferenciando-se de Marx, deslocou o eixo de análise da sociedade civil: não mais “todo o conjunto de relações materiais”, mas sim todo o conjunto das relações ideológico-culturais; não mais “todo o conjunto da vida comercial e industrial”, mas todo o conjunto da vida espiritual e intelectual (BOBBIO, 1982, p. 33). Bobbio ressalta os primeiros textos de Gramsci, nos quais já anunciava: “[...] a história de um povo não é documentada apenas pelos fatos econômicos. [...] não é a estrutura econômica que determina diretamente a ação política, mas sim a interpretação que se tem dela e das chamadas leis que governam o seu movimento” (BOBBIO, 1982, p. 37). Para Bobbio (1982), Gramsci é contra a consideração exclusiva do plano estrutural e a consideração exclusiva do momento superestrutural. A transformação da estrutura econômica está dialeticamente ligada à transformação da sociedade civil. Gramsci se mantém fiel à base marxista, porém, ao analisar historicamente as condições de supressão do Estado, concentra-se no equilíbrio pedagógico das relações de poder que envolvem força e consenso.

A partir das interpretações sobre o Estado Restrito *versus* o Estado Ampliado<sup>3</sup> em Gramsci (2004), pode-se compreender melhor o conceito de hegemonia. Dore (2000) recorre, em seu argumento para explicar os conceitos de Estado Restrito, Estado Ampliado e hegemonia, ao contexto histórico vivenciado por Gramsci, permitindo analisar seu pensamento em diálogo com o seu tempo.

Voltando o olhar para o contexto vivido por Gramsci à época de seus escritos, tal como relatado por Hobsbawm (1982, 1984), em *História do marxismo*, percebe-se que em 1920 os

---

<sup>3</sup> Tanto o conceito de Estado Restrito quanto o de Estado Ampliado são formulações de Christinne Buci-Glucksmann (1980) para discutir a caracterização feita por Gramsci de dois momentos do Estado Moderno no Ocidente.

atores políticos da esquerda europeia se defrontavam com o exemplo russo e buscaram neste a inspiração para uma unificação revolucionária. Na Rússia, a classe operária saiu da produção e voltou para o *front* de guerra, tomando o poder. “O Estado deve ser derrubado pela força”. Assim se pensava no início do século XX. Dessa forma, a tendência que tinha no *Manifesto do Partido Comunista de 1848* e em seu referencial teórico – o chamado “socialismo científico” –, torna-se hegemônica em relação às demais tendências socialistas durante a *Primeira Internacional*. O *Manifesto*, ao descrever o capitalismo, começa a ser lido por alguns como apocalíptico, indicando que, apesar de o capitalismo produzir uma revolução tecnológica, é destinado a padecer. O socialismo é apregoado como sistema inevitavelmente posterior ao atual capitalismo, sendo consolidado pelo triunfo da luta de classes do proletariado contra a burguesia. Nessa interpretação mecanicista, que teve seu apogeu na *Segunda Internacional* com o Partido da Social Democracia Alemã, o capitalismo cairia inevitavelmente pelas suas contradições internas (WALDENBERG, 1982).

Outro exemplo de intelectual desse tempo é Rosa Luxemburgo, que também influenciou o pensamento de Gramsci. Ela era polonesa, mas nacionalizou-se alemã no início do século XX. Para a pensadora, o caminho era a revolução, entendida como a ultrapassagem da sociedade que explora o homem pelo homem. Posicionou-se contra o reformismo de Bernstein, da Social Democracia Alemã. Era partidária de Lênin, mas estava atenta às críticas ao seu pensamento. Entendia que sem a liberdade não se fazia a revolução. Era preciso o pulsar das massas, porque os dirigentes não eram independentes. Ao mesmo tempo, compreendia que toda a instituição democrática tem seus limites. A democracia burguesa era circunstancial, mas para a classe operária ela era essencial, no pensamento de Luxemburgo. Para a autora, a democracia era apenas um mecanismo para a revolução (NEGT, 1984).

Avançando nesses posicionamentos, Gramsci (2004) fará a leitura que o tipo de guerra operada pela *Revolução Russa* – denominada pelo autor como “guerra de movimento” – apenas foi possível por haver no país uma sociedade civil embrionária e gelatinosa. Para o autor, somente a falta de hegemonia demanda o totalitarismo da força, da polícia e da religião. Já no momento político vivido por Gramsci, de avanço do capital, as relações com o Estado são complexas e a sociedade civil gera suas próprias estruturas e associações. Para Gramsci (2004), a guerra é também política e cultural, o que viria a ser denominado pelo autor como “guerra de posição”. Dore (2000) esclarece a conceituação desses dois momentos por Gramsci: a passagem do Estado Restrito para o Estado Ampliado.

Na leitura de Dore (2000), em um primeiro momento, a burguesia “propõe a passagem orgânica das outras classes à sua, ou seja, a elevação econômica, social e cultural dos outros grupos sociais” (p. 94). Acreditava-se que era capaz de representar a sociedade civil inteira. Entretanto, a burguesia não pode incorporar à sua revolução os interesses dos trabalhadores. Por isso, ela apresenta como bandeira a liberdade, mas impede os movimentos sociais de se manifestarem. O Estado burguês não propõe a universalização real da condição de burguês, pois a organização de sua sociedade se baseia na contradição e na exploração. Por isso, mantém os elementos de repressão e busca o conformismo das massas à regulamentação jurídica, tratando de reprimir e sufocar. São leis impostas coercivamente para “obter o conformismo das grandes massas populares à ordem social que essa classe queria consolidar” (DORE, 2000, p. 94). A sociedade política – o Estado governo – se sobrepõe à sociedade civil. Esta última, imersa nos conflitos particularistas e corporativos decorrentes da produção capitalista, não adquire especificidade própria, incapaz de ser um elemento de articulação de interesses coletivos e superior a imediatismos. Uma das características do *Estado força* (expressão adotada por Gramsci, em lugar de *Estado restrito*) é, praticamente, a inexistência de sociedade civil. A sociedade civil é gelatinosa, amorfa: não existem sindicatos e as organizações da sociedade civil são em realidade desorganizadas.

Em um segundo momento, no Estado Ampliado analisado por Gramsci, conforme Dore (2000), a sociedade civil foi se politizando: os grupos subalternos vão se organizando e assumindo, na sociedade civil, posições de força. Transita-se do econômico para o político. O exercício do poder por parte dos grupos dominantes não pode mais se efetivar sem o consenso dos governados. Em Gramsci, o Estado é a sociedade civil (consenso) mais a sociedade política (força). Esses são elementos que se reforçam mutuamente. O Estado não é mais apenas coerção em estado puro, está também recoberto de ideologia que busca o consenso. Para Gramsci, conforme Dore (2000), do confronto com o operariado (antagonista que a burguesia não consegue destruir) surge a sociedade civil, esfera não ditatorial estatal. Os grupos dominantes, visando ao conformismo à ordem social, desenvolvem as superestruturas para adequar a cultura às exigências práticas, para manter o modo de produção capitalista.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “Hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa

no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (GRAMSCI, 2004, p. 20-21).

Gramsci amplia a noção de Estado e insere a sociedade civil na vida estatal. Sociedade civil e sociedade política se identificam no ato histórico: hegemonia revestida de coerção. O Estado se amplia quando se organiza uma esfera nova do exercício do poder, a sociedade civil, cuja especificidade não está nas armas, e sim no consenso. O domínio pela hegemonia tem início no século XIX quando a burguesia busca novos aliados e redefine seu projeto político para manter a direção intelectual e moral dos grupos subalternos. O fenômeno da socialização burguesa é o desenvolvimento de diferentes sistemas de intervenção estatal voltados para regular os processos sociais. O conceito de Estado Ampliado refere-se à organização política que exprime a relação dos interesses dos grupos dominantes com os dos grupos subalternos. No Estado Ampliado, foram atingidas as relações de força entre governantes e governados, alterando substantivamente a arte de governar as contradições sociais.

Há no Estado Ampliado, analisado por Gramsci, uma substancial modificação no entendimento das relações de forças: o Estado passa também a ser o partido, a imprensa, o sindicato e a escola. Assim a sociedade civil é o espaço de busca de consentimento ativo dos dominantes ao seu governo e de luta para transformação das instituições burguesas. A sociedade civil, em Gramsci, é o espaço da contradição e do embate de forças. A ampliação do Estado é o desenvolvimento da sociedade civil como esfera específica de mediação das relações de poder. Assim entendida, a sociedade civil é também a forma de se resistir à pressão dos grupos dominantes: lugar por excelência da associação dos interesses contrários à orientação governamental. Para Gramsci, a sociedade civil é o espaço em que os grupos buscam vencer a luta pela hegemonia, convencendo os outros grupos sociais, persuadindo-os.

Nesse sentido, por exemplo, a burguesia assimila as reivindicações e contestações dando-lhes sua direção, a sua face, fato já percebido por Gramsci e por ele denominado de “transformismo”. A burguesia dá a mão para não perder o braço, cede espaço para continuar dando as cartas sobre a mesa (DE SOUZA, 2013). Na revolução passiva (termo adotado por Gramsci (2002), para entender o programa político e moral aplicado ao processo de unir progresso e tradição na Itália – o *Risorgimento*), a classe tradicional age buscando incorporar os interesses revolucionários, mas objetivando estabelecer uma aliança que lhe possibilite garantir sua posição. Os grupos dominantes fazem mais ou menos concessões, a depender das pressões vindas de baixo. Assim, as classes dirigentes estimulam expectativas e esperanças e

encenam a assimilação para fortalecer a hegemonia política e cultural. Para Sousa Soares (2005), na revolução passiva a classe dominante tenta manipular a dialética da história desenvolvendo as forças produtivas sob a direção das classes tradicionais. Estas tentam fixar *a priori* os elementos da mudança e da conservação: “[...] propõem “sínteses elevadas” apenas em nível retórico. Na prática se apropriam da “antítese” para aniquilá-la e não para produzir novas sínteses enriquecidas, que busquem superar as contradições” (SOUSA SOARES, 2005, p. 101).

Há uma luta constante pelo consenso inerente ao conceito de hegemonia. Neste sentido, falar em “contra-hegemonia” é falar do esvaziamento do conceito de hegemonia e supervalorizar a hegemonia burguesa. Conforme De Souza (2013), ao defender a inexistência do conceito de “contra-hegemonia” em Gramsci, em si o conceito gramsciano de hegemonia já pressupõe determinadas contradições. A hegemonia deve ser entendida como abrangente de concepções de mundo antagônicas, um espaço de luta de projetos diversos.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em resumo, argumentou-se até o momento, em diálogo com a literatura especializada, que na disputa pelo poder político, exacerbada na segunda metade do século XIX, o grupo dominante não podia acabar com os trabalhadores. A burguesia depende dos trabalhadores para sua sobrevivência econômica. Por isso, ela foi forçada a “abrir” a sociedade para os trabalhadores. Essa abertura, entretanto, não poderia acontecer senão de forma controlada. E o controle se dá de dois modos: pela sociedade política, a coerção; ou pela sociedade civil, a hegemonia. Este é o contexto analisado por Gramsci: ele analisa as mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil, nascendo dessa análise o conceito de hegemonia. O conceito de hegemonia representa a capacidade dos grupos dominantes de sustentar uma direção política e cultural, com o objetivo de ganhar a adesão dos grupos subalternas para a manutenção da sociedade. O nexos entre Estado e sociedade é a hegemonia, entendida como processo. Apesar das elaborações encontradas em Lênin aproximando-se do conceito de sociedade civil, é por meio dos estudos de Gramsci, que se concebe o Estado como estrutura contraditória, que condensa distintas relações e práticas em um sistema de governo.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**: por uma teoria materialista da filosofia. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, Coleção Pensamento Crítico, v. 39.

DE SOUZA, H. G. **Contra-hegemonia: um conceito de Gramsci?** 2013. 82f. Dissertação - (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013.

DORE, R. **Gramsci, o estado e a escola**. Ijuí: Unijuí, 2000. 488 p.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 5, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2, 3<sup>a</sup>. edição, 2004.

LÊNIN, V. I **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1979.

LÊNIN, V. I. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. São Paulo: Símbolo, 1978.

MARX, K. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos III**. São Paulo: Ed. Sociais, 1979.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

NEGT, O. O marxismo de Rosa Luxemburgo. In: HOBSBAWM, E. (Org.) **História do marxismo**: o marxismo da Segunda Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, v. 3.  
SOUSA SOARES, A. de. **Hegemonia Política e Cultural**: a escola pública no jornal Estado de Minas 1930-1934. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

WALDENBERG, M. A estratégia política da social democracia alemã. In: HOBSBAWM, E. (Org.) **História do marxismo**: o marxismo na época da Segunda Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 02, 1982.

## **THE APPROACHES OF THE CIVIL SOCIETY CONCEPT IN LENIN AND THE STRUGGLE FOR HEGEMONY IN GRAMSCI**

***Abstract:** The present article, based on a literature review, aims to talk about the temporal change of concepts in classic works and authors to understand Marxism as a theoretical framework for the reading of the modern capitalism, historical and, therefore, subject to transformation. For this purpose, the article initially explains the conceptual changes of the State in two Lenin works: *O Estado e a Revolução*, original of 1917 and *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, of 1920. It is identified, based on Marxist premises, an approximation of the civil society concept, which will later be developed by Gramscian Marxism by understanding the struggle for hegemony in the transition from the Restricted State to the Expanded State. In this new conception, the possibilities of resistance to dominant groups are also extended, with emphasis on strategies of persuasion; therefore, education is viewed as a privileged space for action.*

***Keywords:** Lenin; Gramsci; Civil Society; Hegemony; State.*

---